6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas e Literatura Materna Línguas e Literatura Estrangeiras Matemática Ciências Sociais e do Comportamento	Língua Portuguesa	50	30	2	
		Inglês Técnico	50	30	2	
		Aplicações de Matemática	100	60	4	
		Comportamento Humano nas Organizações.	50	30	2	
Tecnológica	Ciências Informáticas	Arquitetura e Sistemas de Computadores.	100	60	4	
		Fundamentos de Informática	100	60	4	
		Algoritmos e Programação	100	60	4	
		Tecnologias de Informação	125	75	5	
		Tecnologias para a <i>Internet</i>	100	60	4	
		Redes e Serviços Telemáticos	100	60	4	
		Programação Avançada	100	60	4	
		Cálculo Financeiro	125	75	5	
		Contabilidade e Gestão I	150	90	6	
		Contabilidade e Gestão II	150	90	6	
Em Contexto de Trabalho	Marketing e Publicidade Informática na Óptica do Utilizador Ciências Informáticas/Contabilidade e Fiscalidade.	Introdução ao <i>Marketing</i>	50	30	2	
		Aplicações Informáticas para Gestão	200	130	8	
		Estágio	400	400	16	
		<i>Total</i>	2050	1400	82	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Matemática ou Economia.

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;

Na inscrição em simultâneo no curso — 30.

9 — Plano de formação adicional (artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio):

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática Economia <i>Total</i>	Matemática Aplicada	200	100	8	
		Introdução à Economia	175	87,5	7	
		<i>Total</i>	375	187,5	15	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

204029242

Despacho n.º 18436/2010

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, pretende-se com os Cursos de Especialização Tecnológica alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento de um Curso de Especialização Tecnológica numa instituição de ensino superior carece de registo prévio nos termos do n.º 2, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Considerando que, de acordo com o artigo 38.º do referido decreto-lei, compete ao Director-Geral do Ensino Superior a decisão sobre o pedido de registo da criação desses cursos;

Considerando que a instrução e a apreciação do pedido de registo foram efectuadas nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Considerando também que o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, determina a publicação na 2.ª série do *Diário da República* do despacho do registo da criação dos Cursos de Especialização Tecnológica;

Determino que:

1 — É registado o Curso de Especialização Tecnológica em Cuidados Veterinários, aprovado em Janeiro de 2010 pela Associação Cognitória de S. Jorge Milréu, entidade instituidora da Escola Universitária Vasco da Gama, ministrado nessa escola, com início no ano lectivo 2010/2011, nos termos do Anexo que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir do dia 18 de Maio de 2010.

9 de Novembro de 2010. — O Director-Geral do Ensino Superior,
Prof. Doutor António Morão Dias.

ANEXO

1 — Instituição de formação: Escola Universitária Vasco da Gama
2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Cuidados Veterinários

3 — Área de formação em que se insere: 640 — Ciências Veterinárias

4 — Perfil profissional que visa preparar: O técnico especialista de cuidados veterinários é o profissional que, de forma autónoma ou sob supervisão de um médico veterinário, procede ao planeamento, organização e execução de um conjunto de actividades na prestação de cuidados de saúde animal, quer na área de animais de produção, quer na área de animais de companhia, ou em sectores tecnológicos de apoio à medicina veterinária, como laboratórios de análises clínicas ou técnicos de equipamentos veterinários.

5 — Referencial de competências a adquirir: Proceder ao apoio a tarefas de actividade clínica e cirúrgica sob supervisão do médico veterinário;

Dar apoio na administração de fármacos, sob orientação do médico veterinário;

Proceder à recolha de amostras, acondicionamento e envio para laboratório;

Executar metodologias laboratoriais e técnicas auxiliares de diagnóstico;

Implementar requisitos necessários ao alojamento e manio de animais de produção e companhia de modo a garantir as condições de bem-estar;

Executar técnicas inerentes ao controlo e identificação animal;

Executar as técnicas de higiene e tosquia de animais de produção e de companhia;

Apoiar técnicas de reprodução assistida, por exemplo inseminação artificial.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Ciências Sociais e do Comportamento	Estruturas e Processos Organizacionais.	38	30	1,5	
		Segurança e Higiene no Trabalho . . .	30	20	1,0	
Tecnológica	Ciências Veterinárias	Informática na Óptica do Utilizador . . .	45	30	1,5	
		Anatomia e Fisiologia Animal	64	50	2,0	
		Reprodução e Nutrição Animal	63	50	2,5	
		Profílatia das Doenças Animais e Saúde Pública Veterinária.	112	90	4,5	
		Produção Agrícola e Animal	63	50	2,5	
		Instalações, Equipamentos e Instrumentos para Animais.	150	120	6,0	
		Sistemas de Produção Animal	150	120	6,0	
		Técnicas de Enfermagem Veterinária.	111	90	4,5	
		Apoio à Clínica e à Cirurgia	62	50	2,5	
		Ética e Legislação	63	50	2,5	
		Cuidados de Higiene e Estética Animal.	90	70	3,0	
		Técnicas Auxiliares de Diagnóstico.	62	50	2,5	
		Comportamento e Bem-Estar Animal.	480	480	17,5	
Em Contexto de Trabalho.	Ciências Veterinárias	Estágio	480	480	17,5	
	<i>Total</i>		1583	1350	60	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Biologia, Química e Matemática.

8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 22

Na inscrição em simultâneo no curso — 44

9 — Plano de formação adicional (artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio):

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Biologia e Bioquímica	Biologia	125	75	5,0	
	Química	Química	125	75	5,0	
	Matemática	Matemática	125	75	5,0	
	<i>Total</i>		375	225	15	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

204030546

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Portaria n.º 1050/2010

A presente portaria procede à classificação, como sítios de interesse público, da Anta do Peral 1, em Monforte, do Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa, e do Recinto Megalítico de São Cristóvão, em Resende.

De acordo com os critérios e os pressupostos de classificação previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização cultural, os bens imóveis possuidores de relevante interesse cultural, nomeadamente histórico e arqueológico, que agora se pretendem classificar, revestem-se de interesse público, exigindo a respectiva protecção e valorização, atendendo ao seu valor patrimonial e cultural de significado para o País.

Assim, tendo em conta a necessidade de assegurar medidas especiais sobre o património cultural nacional, no quadro da obrigação do Estado de proteger e valorizar esse mesmo património cultural, o Governo entende que os bens a classificar através desta portaria devem ser objecto de especial protecção.

A Anta do Peral 1 é um monumento megalítico de grande importância para o conhecimento do povoamento pré-histórico e da ocupação do território da zona de Monforte.

A classificação do Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento fundamenta-se na sua excepcional importância científica para a compreensão da Pré-História recente, quer ao nível da organização das sociedades, quer ao nível da história da arquitectura.

Por último, o Recinto Megalítico de São Cristóvão faz parte do conjunto megalítico do planalto de São Cristóvão, na serra de Montemuro, que se distingue pela sua raridade, antiguidade e importância científica, fazendo deste sítio um valor patrimonial de excepção, merecedor de reconhecimento e protecção legal.

Foram cumpridos os procedimentos de audição de todos os interessados previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e efectuadas as consultas públicas previstas no Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 15.º, no artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no n.º 2 do artigo 43.º, todos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e ainda no n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, bem como no n.º 16 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Cultura, através do despacho n.º 431/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

São classificados como sítio de interesse público (SIP) os bens imóveis a seguir identificados:

a) A Anta do Peral 1, situada na freguesia e concelho de Monforte, distrito de Portalegre, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo I à presente portaria, da qual faz parte integrante;

b) O Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento, freguesia de Horta, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo II à presente portaria, da qual faz parte integrante;

c) O Recinto Megalítico de São Cristóvão, situado nas freguesias de Felgueiras e Feirão, concelho de Resende, distrito de Viseu, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo III à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Zona especial de protecção

1 — É fixada a zona especial de protecção (ZEP) da Anta do Peral 1, identificada na alínea *a*) do artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo IV à presente portaria, da qual faz parte integrante.

2 — É fixada a zona especial de protecção (ZEP) do Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento, identificado na alínea *b*) do artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo V à presente portaria, da qual faz parte integrante.

3 — É fixada a zona especial de protecção (ZEP) do Recinto Megalítico de São Cristóvão, identificado na alínea *c*) do artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo VI à presente portaria, da qual faz parte integrante.

3 de Dezembro de 2010. — O Secretário de Estado da Cultura, *Elisio Costa Santos Summavielle*.

ANEXO I

A Anta do Peral 1 é um monumento megalítico de grande importância para o conhecimento do povoamento pré-histórico e da ocupação do território da zona de Monforte.

Esta pequena anta que é composta por câmara, com três esteios de pé, não se detectando corredor, apresenta vestígios de *tumulus*.

Apesar da situação de semi-ruína em que se encontra o monumento, a sua salvaguarda é muito importante como elemento integrante de um conjunto de sepulturas megalíticas.

ANEXO II

A classificação do Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento fundamenta-se na sua excepcional importância científica para a compreensão da Pré-História recente, quer ao nível da organização das sociedades, quer ao nível da história da arquitectura. Sublinha-se a antiguidade, a raridade e o bom estado de conservação das estruturas, bem como a implantação numa paisagem de grande beleza. A zona especial de protecção visa garantir a salvaguarda do imóvel e da paisagem envolvente, que com ele estabelece uma relação informativa e interpretativa, essencial para a compreensão dos significados patrimoniais que o sítio encerra.

ANEXO III

O Recinto Megalítico de São Cristóvão faz parte do conjunto megalítico do planalto de São Cristóvão, na serra de Montemuro, num local de grande beleza paisagística. Trata-se de cromeleque com cerca de 40 monólitos, que constitui um dos poucos vestígios monumentais sobre-